

## Reuters

### Setor privado cobra transparência do governo sobre energia

10 Oct 2005 13:28

SÃO PAULO, 10 de outubro (Reuters) - Investidores privados do setor elétrico querem mais transparência por parte do governo sobre o real cenário de abastecimento para os próximos anos. Em estudo que retrata encontro fechado de empresários promovido pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), os investidores apontam risco de racionamento já em 2008.

"Não tem mais resposta simples. A situação que o país está já é grave. Não tem nenhuma medida unilateral, nenhuma varinha de condão que resolva o problema", disse o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, porta-voz do grupo que se reuniu em agosto.

Sales disse que a principal exigência que o setor privado faz neste momento é entender com clareza quais os cenários que o governo traça para a oferta de energia. "O que causa espécie é por que tanta obscuridade", questionou Sales a jornalistas nesta segunda-feira.

"Por que não se tornam públicas as atas de reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico?", insistiu, referindo-se ao órgão criado em 2004 para monitorar as condições de abastecimento de energia do país num horizonte de cinco anos. "Não é possível a sociedade brasileira ficar às escuras sobre o suprimento de energia", comentou.

Segundo Sales, só a partir do reconhecimento pelo governo de que a situação é grave será possível adotar medidas mais racionais para enfrentar os riscos crescentes na relação oferta-demanda de energia.

Pelo levantamento apresentado, considerando-se aumento anual da demanda de energia de 5 por cento --projeção do Operador Nacional do Sistema (ONS)-- e a falta de investimentos em novas usinas nos últimos 30 meses, há risco de racionamento em algum momento de 2008.

Mas o cenário mais grave seria mesmo em 2009, de acordo com o estudo. No ano anterior, as hidrelétricas ainda poderiam operar com nível mais baixo nos reservatórios, transferindo para 2009 risco maior. O cenário se agravaria com a falta de gás natural para o funcionamento de usinas térmicas.

Segundo Sales, "a gravidade de risco de desabastecimento é tanta que o governo está impondo à Petrobras a obrigação de converter usinas de gás para óleo diesel e arcar com a diferença de custos entre os dois combustíveis". Essa diferença deve ficar entre 2 e 3 bilhões de dólares por ano, tomando como base a geração de 3 mil megawatts médios.

Ainda não está claro, de acordo com Sales, se a estatal realmente assumirá esse ônus, mas ele considera inaceitável transferir esse custo adicional ao consumidor. Sales alertou ainda que o Brasil é importador de diesel, volume de compras que deve se elevar em mais de 50 por cento com base na projeção de 3 mil MW.

O executivo que representa os investidores considerou também "assustador" que a Empresa de Pesquisa Energética, presidida pelo ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, tenha celebrado o grande número de projetos candidatos para o leilão de energia nova, previsto para dezembro.

**Sales** argumentou que dos 258 candidatos, entre 60 e 70 projetos referem-se a usinas que funcionarão à base de óleo diesel ou óleo combustível, o que implica em custo elevado para a energia gerada por elas.

Qual a solução? Para os investidores, o governo só conseguirá atrair capital privado para atender mais da metade dos 4,7 bilhões de dólares por ano necessários na geração de energia no país se diminuir os riscos do investimento.

Um exemplo é a adoção de "fatores de mitigação" dos riscos do investimento nos contratos para as usinas que serão leiloadas. Entre as medidas estariam ampliação de prazos para entrada em operação de usinas quando houver ineficiências no licenciamento ambiental.

"Do debate entre os convidados, concluiu-se que o setor elétrico brasileiro apresenta alta instabilidade. Diante da necessidade de investimentos privados para atender parcela relevante da demanda do próximo quinquênio, urge criar uma agenda positiva que dê sinais adequados para estimular novas inversões no país", é a conclusão do documento